

CAPÍTULO 14

GRUPO DE ORIENTAÇÃO AOS PAIS: relato de experiência no Centro Especializado em Reabilitação III (CER III) da Universidade do Estado do Pará

Maria de Fátima Góes da Costa⁴¹

Marcello Pacheco de Almeida Seiffer⁴²

Meibia Martins Sena⁴³

RESUMO

Introdução: Este artigo relata uma experiência desenvolvida no Centro Especializado em Reabilitação III (CER III) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), vinculada à Unidade de Ensino e Assistência em Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UEAFTO). A iniciativa consistiu na realização de encontros de orientação aos pais de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) conduzidos por profissionais de Psicologia e Terapia Ocupacional, com o intuito de promover suporte psicoeducacional, ampliar a participação familiar no processo terapêutico e instrumentalizar os cuidadores para o enfrentamento de desafios cotidianos. **Método:** A metodologia utilizada foi o relato de experiência, documentando os objetivos, estratégias, dificuldades e aprendizados obtidos ao longo de três encontros realizados em abril de 2025. **Resultados:** Os resultados evidenciam o potencial dos grupos parentais como estratégia de baixo custo e alto impacto na promoção do cuidado centrado na família, ainda que limitados pela baixa adesão, decorrente de fatores socioculturais, sobrecarga materna e carência de políticas públicas de apoio.

⁴¹Terapeuta ocupacional. Doutora em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Gestão em Saúde na Amazônia pela Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará.

⁴²Psicólogo. Técnico do Centro Especializado em Reabilitação.

⁴³Terapeuta ocupacional. Mestre em Ensino em Saúde na Amazônia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Considerações finais: A experiência demonstrou a relevância de programas contínuos de orientação parental, especialmente em contextos do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para o fortalecimento das famílias e a promoção do desenvolvimento infantil saudável.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; orientação parental; Terapia Ocupacional; Psicologia; rede de apoio familiar.

ABSTRACT

Introduction: This article reports on an experience carried out at the Specialized Center for Rehabilitation III (CERIII) of the State University of Pará, associated with the Unit of Teaching and Assistance in Physiotherapy and Occupational Therapy. The initiative involved organizing parental guidance meetings for caregivers of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD), conducted by professionals in psychology and occupational therapy. The objective was to provide psychoeducational support, encourage family engagement in therapeutic processes, and equip caregivers to handle everyday challenges.

Method: This experience report outlines the structure, methodology, difficulties, and outcomes of three sessions held in April 2025. **Results:** Results highlight the effectiveness of group-based parental interventions as a low-cost and impactful strategy to promote family-centered care. However, attendance was limited due to sociocultural barriers, maternal overload, and insufficient public policy support. **Final Considerations:** The findings underscore the importance of sustained parental guidance programs in the public health context, aiming to strengthen families and foster healthy child development.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; parental guidance; Occupational therapy; Psychology; family support network.

INTRODUÇÃO

A Unidade de Ensino e Assistência em Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UAFTO), da Universidade do Estado do Pará (UEPA), foi habilitada em Centro Especializado em Reabilitação (CER) em 2013. Atualmente, sua assistência se estende à reabilitação física, auditiva, intelectual e oficina ortopédica física, a partir de habilitação em CER III, desde 2019.

O CER III oferece atendimentos exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Composto por equipe multidisciplinar, contando com os seguintes profissionais: terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, neuropsicólogos, assistente social, enfermeiro, neurologista, ortopedista e psiquiatra.

O público infantil atendido pelo CER III abrange uma diversidade de diagnósticos, incluindo Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), transtornos de linguagem, Síndrome de Down, Transtorno Opositor Desafiador (TOD), Paralisia Cerebral, síndromes genéticas e outras condições que afetam o desenvolvimento, para as quais são realizados acompanhamentos específicos. Destaca-se, entretanto, a alta frequência de atendimentos a crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), tanto no ambulatório de intervenção precoce quanto no ambulatório de psicologia.

A assistência a crianças envolve atendimentos individualizados, de acordo com o plano terapêutico singular, com a participação dos familiares em determinados momentos. Na dinâmica da instituição, e de acordo com cada caso, os familiares são orientados sobre questões específicas. Ainda assim, a assistência aos familiares precisa ser ampliada.

É consensual entre os pesquisadores da área e evidenciado frequentemente na literatura de que a assistência à criança deve incluir as famílias (Vismara; Rogers, 2010; Bearss *et al.*, 2015; Oliveira; Shimidt; Pendeza, 2020; Piccoloto, 2025). A abordagem centrada na família, segundo Serrano e Pereira (2011), considera a família como a promotora do desenvolvimento pleno da criança, o que justifica ser considerada como fator central das intervenções. Para além das possibilidades de avanços das

crianças, as intervenções com as famílias devem priorizar o auxílio aos pais quanto às decisões a serem adotadas para favorecer o desenvolvimento dos filhos, como nas relacionadas ao manejo de comportamentos inadequados ou mesmo na escolha de serviços educacionais ou de saúde (Mcconnell *et al.*, 2015; Jones; Passey, 2004).

Oliveira, Shimidt e Pendeza (2020) destacam que a literatura acadêmica tem evidenciado a importância de envolver ativamente as famílias nas intervenções com crianças com TEA. O empoderamento dos pais nesse processo contribui para a ressignificação de seu papel, permitindo que deixem a posição passiva para assumirem uma participação ativa, colaborando de forma significativa para alcançar os objetivos traçados nas intervenções com seus filhos.

Ainda assim, um estudo recente de Piccoloto (2025) revela que a maioria das famílias de crianças com TEA, sejam os pais e/ou os cuidadores, não é inserida em atividades psicoeducacionais de orientações quanto às estratégias para manejo de comportamentos ou situações desafiadoras com seus filhos.

Aliando os conhecimentos das evidências científicas sobre o assunto com a experiência clínica dos profissionais do CER III, têm sido constatadas frequentemente as necessidades de acompanhamentos aos familiares para suporte e orientação referentes aos diagnósticos e questões específicas do desenvolvimento infantil. Nesse contexto, os profissionais de Psicologia e de Terapia Ocupacional da assistência pediátrica, buscando sanar tais dificuldades, organizaram um estudo piloto de orientações para pais. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo relatar a experiência da assistência interdisciplinar de Terapia Ocupacional e Psicologia na assistência ao cuidador de crianças atendidas no CER III.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência, pois, segundo Guimarães e Araújo (2023), os trabalhos considerados desse tipo descrevem uma vivência, podendo ser de cunho acadêmico ou profissional, e buscam oportunizar o compartilhamento de conhecimento, promover

aprendizagem e/ou reflexões sobre uma experiência. Também é um tipo de metodologia que documenta a prática, neste caso profissional, a vivência, as dificuldades encontradas e os possíveis resultados atingidos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência apresentada foi desenvolvida no CER III/UEAFTO durante o mês de abril de 2025, por parte da equipe multiprofissional deste centro, especificamente um psicólogo e uma terapeuta ocupacional da assistência pediátrica.

Inicialmente, os familiares das crianças atendidas pelo ambulatório de Terapia Ocupacional infantil (intervenção precoce) foram convidados, durante os atendimentos individuais, a participarem de atendimento direcionado a eles, em um grupo de pais, em horário específico, com a presença do psicólogo da unidade.

O primeiro encontro foi composto pela presença de nove participantes, entre pais e mães, das crianças atendidas pela terapeuta ocupacional da intervenção precoce. Neste encontro, o psicólogo e a terapeuta realizaram uma dinâmica com os participantes para compreender como eles entendiam o “cuidar de uma criança”. Foram disponibilizados recursos para escrita em papéis diferentes de palavras ou frases que viessem à sua cabeça ao ouvirem o termo “cuidar de uma criança”. Os pais demonstraram interesse pela atividade e participaram de forma ativa. Dentre as palavras e frases registradas pelos pais, estavam: “dar atenção”; “proteger”; “dar carinho”; “não deixar nada de mal acontecer”; “amor incondicionalmente”; “amar muito”; “não fazer sofrer”; “cuidar”; “ensinar”; “ter paciência”.

A partir desse momento, iniciou-se uma roda de conversa, conduzida pelo psicólogo e pela terapeuta ocupacional. Os pais puderam falar sobre cada palavra que escreveram e relacionar isso com o cuidado de sua criança. Os profissionais foram explicando a relação entre as palavras e as percepções dos pais sobre o cuidado. Ficou evidente que os participantes reconheciam o cuidado como um elemento fundamental para o desenvolvimento pleno da criança. Contudo, também manifestaram

preocupações em relação à superproteção e às dificuldades para lidar com comportamentos desafiadores, especialmente aqueles específicos de seus próprios filhos.

Durante a experiência prática na intervenção com crianças e suas famílias, tem sido comum os pais de crianças atípicas apresentarem dificuldades no manejo de comportamentos inadequados, especificamente se estiverem relacionados a birras, rigidez cognitiva, flexibilidade de pensamento e/ou comportamentos ritualísticos. Da mesma forma, é comum famílias demonstrarem desconhecimento das fases do desenvolvimento dos filhos, tornando-se desafiador para eles identificar o que está sendo influenciado pela etapa do desenvolvimento e o que está relacionado a características do diagnóstico da criança atípica, mas que ainda assim precisam ser organizadas.

Esta evidência clínica tem sido também sustentada pela literatura científica, a exemplo da pesquisa de Piccoloto (2025), quando identificou que pais/cuidadores não recebem orientações quanto a estratégias para manejos de seus filhos. Piccoloto (2025) conduziu um estudo teórico sobre o TEA e técnicas cognitivas para orientação de pais, investigando os benefícios dessas nas respostas comportamentais e sociais das crianças com TEA. Assim, constatou baixo o número de publicações sobre o tema encontradas, o que pode demonstrar uma falha na atenção prestada aos pais de crianças autistas.

Piccoloto (2025) afirma ainda que a assistência aos pais de crianças com TEA é de extrema relevância, à medida que evidências científicas têm associado maiores níveis de estresse parental à falta de orientação parental quanto ao diagnóstico de TEA, bem como aos desafios diários gerados pelo autismo no cotidiano das famílias.

Ao final do primeiro encontro, os pais manifestaram agradecimentos por terem participado e motivação para participar de outros momentos semelhantes a este. Assim, foi proposto um segundo encontro, desta vez em outro turno, para oportunizar a participação de pais de crianças atendidas em outros horários. No segundo encontro, entretanto, compareceu apenas uma mãe, a qual também havia participado do primeiro encontro.

Dessa forma, neste segundo encontro, a mãe participante pode aproveitar o momento para receber orientações específicas sobre a sua criança, trazendo questões relacionadas a prováveis dificuldades sensoriais da criança a reagir a estímulos do ambiente, como barulhos e a presença de pessoas, além da necessidade de exigir atenção dos pais por longos tempos. Foram realizadas orientações sobre as dificuldades sensoriais não estarem necessariamente relacionadas a Disfunções de Processamento Sensorial (DPS), mas também podem ser manifestadas pelas crianças em contextos específicos, como, por exemplo, em experiências ainda não vivenciadas, como nos primeiros dias de aula na escola.

No caso desta mãe que estava no encontro, tratava-se de uma criança sem irmãos, com pouco contato com outras crianças, que estava tendo suas primeiras vivências no ambiente escolar, podendo caracterizar-se como dificuldades nesta experiência, tendo em vista que ela estava em atendimento de Terapia Ocupacional e não demonstrava sinais de Disfunção de Integração Sensorial (DIS).

Segundo Serrano e Pereira (2011), crianças podem apresentar dificuldades sensoriais pontuais durante a vivência de estímulos novos, que não necessariamente caracterizam Disfunção de Integração Sensorial, mas que podem comprometer de alguma forma sua participação social e precisam ser avaliadas com cuidado.

Nesse sentido, as orientações realizadas à mãe participante do segundo encontro refletem-se de forma positiva para a compreensão desta do processo de desenvolvimento da sua filha, bem como podem se constituir como um fator de proteção ao desenvolvimento, tendo em vista que a mãe com conhecimento poderá ficar atenta a sinais de alterações sensoriais e poderá reportar aos profissionais que a acompanham de forma precoce, a fim de evitar maiores agravos e permitir a adoção de estratégias adequadas para o manejo de tal dificuldade.

As evidências científicas enfatizam a importância da participação de pais no processo de tratamento de seus filhos, de forma ativa, tendo em vista que as práticas centradas na família tem demonstrado melhores resultados. Segundo Piccoloto (2025), os pais tendem a se sentir mais

confiantes quando são expostos a oportunidades de conhecer e desenvolver estratégias para enfrentar as dificuldades de seus filhos.

Para o terceiro e último encontro deste estudo piloto, foram convidados também os pais de crianças atendidas pelo ambulatório de Psicologia. Neste encontro, compareceram duas mães de crianças. As mães apresentaram suas crianças e puderam falar sobre as principais dificuldades ou dúvidas no processo de intervenção.

Emergiram vários subtemas neste encontro, ambos comuns ao cuidado das famílias, principalmente relacionados a: compreender o desenvolvimento da criança; identificar fatores desencadeadores de comportamentos inadequados, dentre eles autolesivos ao serem contrariados; estratégias para direcionar escolhas a fim de favorecer o desenvolvimento saudável; além da identificação potencialidades das crianças e orientações para escolhas de atividades externas, instrucionais e/ou de lazer. As mães demonstraram interesse pelo encontro, participaram ativamente trazendo exemplos do cotidiano com seus filhos, o que favoreceu a condução dos temas por parte dos profissionais. Manifestaram interesse em continuar participando das atividades de grupos com os pais.

Oportunizar aos pais momentos de orientações para adoção de estratégias para manejo de comportamentos ou desafios cotidianos tem se configurado como uma possibilidade com resultados positivos para a qualidade de vida das crianças e suas famílias (Vismara; Rogers, 2010; Bearss *et al.*, 2015, Piccoloto, 2025).

Ao direcionar a atenção às famílias de crianças atípicas, a exemplo do autismo, ressalta-se os benefícios não somente durante no momento da intervenção, mas também para o desenvolvimento de estratégias para manter habilidades e gerar comportamentos mais adaptativos, com maior engajamento, funcionalidade e participação social, refletindo ainda em avanços escolares de crianças portadoras do espectro autista (Fávero; Santos, 2005; Fernandes, 2009; Freuler *et al.*, 2013; Rogers *et al.*, 2014, Piccoloto, 2025).

Durante a experiência relatada neste artigo, foram oportunizados três momentos em grupo, como pôde ser verificado. Ainda que os pais demonstrassem nos atendimentos individuais o interesse em participar dos

grupos, apesar do convite e incentivo dos profissionais, com antecedência, para a participação dos pais e flexibilidade de horários, sendo realizados em turnos diferentes para favorecer a participação, o número de pais foi reduzido.

A baixa adesão observada pode ser compreendida à luz de aspectos socioculturais que historicamente afastam as famílias da participação ativa em intervenções terapêuticas ou educativas. No Brasil, é forte a cultura que entende o cuidado da criança como responsabilidade exclusiva dos profissionais de saúde ou educação, desvalorizando o papel do cuidador como sujeito a ser instrumentalizado e empoderado na condução do desenvolvimento infantil (Piccoloto, 2025).

Essa lacuna cultural se agrava quando se trata do TEA, pois exige dos cuidadores conhecimentos específicos e manejo de situações complexas, para os quais frequentemente não foram preparados. Estudos recentes apontam que, mesmo diante de evidências sobre a eficácia de intervenções parentais, a inserção de pais em atividades psicoeducacionais ainda é incipiente, principalmente devido a ausência de políticas públicas robustas voltadas à formação dos cuidadores, além de uma resistência subjetiva enraizada na ideia de que pais “não sabem cuidar de forma técnica” (Oliveira; Shimidt; Pendeza, 2020; Roux; Sofronoff; Sanders, 2013). Assim, a construção de uma nova cultura de cuidado, centrada na família e orientada à corresponsabilidade, requer investimento contínuo em ações formativas, assim como uma mudança de paradigmas quanto ao lugar da família no processo terapêutico (Serrano; Pereira, 2011).

Pode-se inferir que, nesta experiência, as famílias, ainda que tenham interesse e considerem a importância de atendimentos em grupos, não conseguem comparecer por dificuldades em sua rede de suporte, para que possam se ausentar do cuidado direto com a criança durante o horário dos encontros. Essa limitação se relaciona a uma sobrecarga cotidiana vivenciada principalmente pelas mães, que acumulam funções de cuidado, trabalho e gestão do tratamento dos filhos com TEA, sem contar com apoio adequado de familiares, instituições ou políticas públicas (Villas Bôas *et al.*, 2025). Conforme apontado por Gadben *et al.* (2025), a ausência de suporte social efetivo e a distribuição desigual das responsabilidades

parentais são fatores que comprometem diretamente a adesão das famílias a propostas terapêuticas, ainda que essas sejam reconhecidas como relevantes para o desenvolvimento infantil e o bem-estar familiar.

Considerando que o contexto de assistência do CER III se dá no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), além da busca por atendimentos desse tipo ser escassa e hipossuficiente na região Norte, assim como em outras regiões do Brasil, intervenções parentais em grupo que buscam fortalecer famílias de crianças com autismo podem ser, segundo Roux, Sofronoff e Sanders (2013), uma estratégia viável e eficaz para promover habilidades parentais, reduzir o estresse familiar e ampliar o suporte oferecido às crianças dentro do contexto dos serviços públicos de saúde. Nesse sentido, conforme aponta Piccoloto (2025), estratégias de assistência com menor custo e adaptadas à realidade brasileira tornam-se alternativas importantes para garantir o acesso e a continuidade do cuidado a essas famílias.

Na esfera da saúde pública, formatos grupais são recomendados para alcançar maior número de pessoas atendidas, possibilita treinamento de pais com redução do custo de serviços, promove a formação de redes de apoio sociais e comunitárias, permite acesso à informação, entre outros aspectos positivos.

Ao realizar esta experiência de encontros com os pais, os profissionais evidenciaram ainda mais a necessidade da continuidade de tais encontros, bem como a adoção de estratégias para favorecer maior adesão do número de participantes, podendo vislumbrar a possibilidade da implantação de um programa parental continuado, de intervenção interdisciplinar, no atendimento às crianças no CER III.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu apresentar a experiência realizada em encontros de orientação aos pais de crianças assistidas pela Terapia Ocupacional e Psicologia no CER III, sendo relatada a realização de três encontros no mês de abril de 2025.

Pela experiência relatada, ficou evidenciado que os pais participantes dos encontros puderam compartilhar experiências entre eles e acessar conhecimentos de alguns temas emergidos nos encontros, principalmente voltados para o desenvolvimento infantil, diagnóstico ou mesmo em relação às dificuldades específicas de suas crianças, favorecendo a confiança das famílias no manejo com seus filhos.

Foram identificados desafios no processo para a participação dos pais nos encontros, apesar da demonstração de interesse em participar, o que provavelmente refletiu no número de participantes, dentre eles, destaca-se a provável dificuldade na rede de apoio a essas famílias para que pudessem comparecer sem a presença da criança.

Este relato pode mostrar-se relevante para a equipe multiprofissional do CER III assim como para outros espaços de assistência a crianças atípicas, podendo subsidiar a implementação de um programa de orientação parental para pais de crianças com TEA.

Espera-se que este trabalho possa suscitar o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre a temática, auxiliando na produção de conhecimentos e refletindo positivamente na qualidade da assistência prestada às crianças com TEA e suas famílias.

REFERÊNCIAS

BEARSS, K. *et al.* Effect of parent training vs parent education on behavioral problems in children with autism spectrum disorder: a randomized clinical trial. **JAMA**, v. 313, n. 15, p. 1524-33; 21 Apr. 2015. DOI: 10.1001/jama.2015.3150.

FÁVERO, M. Â.; SANTOS, M. A. Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, p. 358-369, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300010>.

FERNANDES, F. D. M. Famílias com crianças autistas na literatura internacional. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São

Paulo, v. 14, n. 3, p. 427-32, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-80342009000300022>.

FREULER, A. C. *et al.* Parent reflections of experiences of participating in randomized controlled trial of a behavioral intervention for infants at risk of autism spectrum disorders. **Autism**, v. 8, p. 1-10, 2013. DOI: 10.1177/1362361313483928.

GADBEN, C. P. *et al.* Tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): a perspectiva dos pais/cuidadores. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 14, n. 3, e8614348521, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v14i3.48521>.

GUIMARÃES, M. B.; ARAÚJO, M. P. Participação social e educação popular em saúde: espaços possíveis de diálogo na forma de uma ouvidoria coletiva. **Interface**, Botucatu, v. 27, e230197, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.230197>.

JONES, J.; PASSEY, J. Family adaptation, coping and resources: Parents of childrens with developmental disabilities and behaviour problem. **Journal of Developmental Disabilities**, v. 11, n. 1, p. 31-46, 2004.

MCCONNELL, D. *et al.* Parent-mediated intervention: adherence and adverse effects. **Disabilities Rehabilitation**, v. 37, n. 10, p. 864-72, 2015. DOI: 10.3109/09638288.2014.946157.

OLIVEIRA, C. A.; SHIMIDT, C.; PENDEZA, R. Participação parental em intervenções com crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-15, 2020.

PICCOLOTO, L. B. Orientação a pais de crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 13. n. 1, p. 6-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2025v13n1p6-16>.

ROGERS, S. J. *et al.* Autism treatment in the first year of life: a pilot study of infant start a parent-implemented intervention for symptomatic infants. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 12, n. 44, p. 2981-95, 2014. DOI: 10.1007/s10803-014-2202-y.

ROUX, G.; SOFRONOFF, K.; SANDERS, M. A randomized controlled trial of group stepping stones triple P: a mixed-disability trial. **Family Process**, v. 3, n. 52, p. 411-424, 2013. DOI: 10.1111/famp.12016.

SCHMIDT, C. **Estresse, auto-eficácia e o contexto de adaptação familiar de mães de portadores de autismo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SCHMIDT, C.; BOSA, C. Grupo de familiares de pessoas com autismo: relatos de experiências parentais. **Aletheia**, Canoas, v. 32, p 183-194, 2010.

SERRANO, A. M.; PEREIRA, A. I. Parâmetros recomendados para a qualidade da avaliação em intervenção precoce. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 163-180, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X10093>.

VILLAS BÔAS, B. K. C. *et al.* Fatores de risco e prevenção para suicídio em mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Revista FT**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 143, p. 1–10, fev. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/cl10202503072218.

VISMARA, L. A.; ROGERS, S. J. Behavioral treatments in autism spectrum disorder: What do we know? **Annual Review of Clinical Psychology**, 6, 447-468, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.121208.131151>.